



INTRODUÇÃO HISTÓRICA DA LÍNGUA DE SINAIS KAAPOS

Elenira Oliveira Gomes¹

RESUMO

O presente artigo aborda uma das principais comunidades indígenas da região do Maranhão, denominada Urubu-Ka'apor, bem como faz um relato do processo histórico e da pacificação deste povo. Será feita uma abordagem sobre a cultura, a língua de sinais utilizada, e o método de interação comunicativa com os indivíduos surdos que foram infectados pela “bóvia neonatal”. Deve-se observar que a importância da linguagem utilizada e a interação entre os membros dessa comunidade estão de acordo com as políticas voltadas para o conhecimento e difusão da sua cultura no convívio coletivo. Neste estudo foram utilizadas análises bibliográficas através de uma abordagem objetiva do tema proposto, considerando os conceitos e as diferenciações linguísticas da comunidade citada.

PALAVRAS-CHAVE: Língua de sinais Ka'apor. Educação. História. Identidade.

ABSTRACT

The present article tackles one of the most important indigenous communities in the region of Maranhão, named as Urubu-Ka'apor, as well as making a report of the historical process and the pacification of this people. An approach will be carried out dealing with their culture, their utilized sign language, and the method of communicative interaction among their deaf people who were infected by the neonatal Yaws. The importance of the language and interaction used by their members of this community must be noticed because it is accordance with the policy linked to the knowledge and spreading of the collective living. The study used bibliographical analyses through an objective approach considering their concepts and linguistical differentiations of the cited community.

KEYWORDS: Urubu-ka'apor. Sign language. Education. History. Identity.

¹ Graduada em História pela Universidade Federal do Acre - (UFAC) e Especialista em Libras, pela Faculdade de Teologia Batista Betel (FTBB). Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa de Linguagem (GAEL), da UFAC; faz parte do PET Indígena Conexão de Saberes, da UFAC, e do grupo de Pesquisa Releituras Da História: Povos Indígenas nos Arquivos de Rio Branco, orientado pela Prof.^a Dra. Teresa Almeida Cruz.
E-mail: eleniragomes@gmail.com.



1 INTRODUÇÃO

O presente estudo destaca os povos indígenas Kaapor que significa povo da mata (os termos tupis ka'a=mata e eporo=povo), conhecidos também por Urubu, Kambõ, Urubu-Caápor, Urubu-Kaápor, Ka'apor. Esta comunidade vive no território Amazônico no norte do Maranhão, sua classificação linguística é da família Tupi, Tupi-Guarani e Waiãpi, são mais de 7168 km² de terras distribuídas entre dez aldeias.

Os índios desta comunidade ainda utilizam uma língua de sinais usada pelos índios surdos, é uma língua intra-tribal ainda desconhecida pela comunidade, pois difere da Língua brasileira de sinais – LIBRAS, a comunidade tem alto índice de surdez, por este motivo eles adaptaram uma língua própria para a interação de todos.

Pouco se conhece a forma de utilização da língua de sinais pelos índios da comunidade Urubu-Kaapor, mas sabemos: de setenta índios que nascem um é surdo. Este alto quantitativo de surdos na comunidade acarretou a necessidade do uso de uma língua de sinais pelos ouvintes desde a infância, mas não sabemos ao certo como se dá a interação educacional, cultural e linguística do indivíduo surdo na comunidade.

O surgimento destes povos foi a mais ou menos 300 anos atrás. No ano 1911 ocorreu à primeira tentativa do processo de pacificação (bastante intenso), pois foram considerados os mais rudes do Brasil, esta pacificação ocorreu por intermédio do serviço de proteção aos índios em 1928, onde a população inicial era 800 integrantes e depois apenas 500 integrantes perdurando por vários anos.

Na observância dos direitos indígenas é possível verificar que esses povos conquistaram seus direitos e a partir da constituição federal de 1988 que foi lhes assegurado o direito de permanecerem índios, ou seja, continuarem com suas peculiaridades culturais, tradicionais e linguísticas.

Este artigo fundamenta-se primordialmente em estudos bibliográficos na literatura tradicional e método descritivo, que visem um profundo conhecimento sobre a educação e socialização dos indivíduos que fazem uso de uma língua de sinais dentro de uma comunidade indígena, bem como, o estudo da educação especial e da legislação indígena no processo educacional.



2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 COMUNIDADE URUBU-KAAPOR

Os Kaapor se autodenominam como Ka'apor ou Ka'apór, outros nomes pelos quais são conhecidos são Urubu, Kambõ, Urubu-Caápor, Urubu-Kaápor, Kaapor. A palavra Ka'apor parece derivar de Ka'a-pypor, "pegadas na mata" ou "pegadas da mata", outro significado aventado para Ka'apor é o de "moradores da mata" (BALÉE, 1998).

A organização sociocultural da aldeia Ka'apor consiste normalmente em um ou dois agrupamentos residenciais uterinos, nos quais a residência tende a ser uxorilocal, ou seja, após a ocorrência do casamento, o casal se muda para a residência dos pais da noiva, refletindo-se na maior arte dos homens deixando o seu agrupamento de origem em razão do casamento para residir com os familiares de suas esposas (BALÉE, 1984).

Desta maneira, a Lei nº 6.001 de 19 de dezembro de 1973, dispõe sobre o estatuto do índio em seu artigo 6º retratando bem esta questão cultural indígena:

Art. 6º Serão respeitados os usos, costumes e tradições das comunidades indígenas e seus efeitos, nas relações de família, na ordem de sucessão, no regime de propriedade e nos atos ou negócios realizados entre índios, salvo se optarem pela aplicação do direito comum. Parágrafo único. Aplicam-se as normas de direito comum às relações entre índios não integrados e pessoas estranhas à comunidade indígena, excetuados os que forem menos favoráveis a eles e ressalvado o disposto nesta Lei.

Entretanto, o idioma Kaapor é uma língua da família Tupi e “não é falada por nenhum outro grupo conhecido, exceto como segunda língua por alguns Tembé e outros moradores da região do Gurupi etnicamente não considerados Ka'apor” e é analisada como incompreensível, pois difere em vários aspectos das demais línguas indígenas da região (SANTOS, 2015 *apud* BALÉE, 1998).

Outra peculiaridade linguística dos Kaapor é a existência de uma linguagem padrão de sinais, que difere das línguas de sinais conhecidas, usada para a comunicação com os surdos, o que se justifica uma vez que até meados da década de 80, cerca de 2% da população Kaapor foi atingida pela varíola aviária, que desencadeou quadros de surdo-mudez, descritos por Kakumasu durante uma expedição realizada em 1965 (SANTOS, 2015 *apud* BRITO, 1986).



2.2 PROCESSO DE PACIFICAÇÃO DOS KAAPORES

Processo de pacificação dos índios Urubu-Kaapor teve início em 1911 e se prolongou até 1928, quando os primeiros membros da tribo confraternizaram com os servidores do S.P.I., no Posto de Atração da ilha de Canindéua-assu, no alto Gurupi, entre o Pará e o Maranhão (RIBEIRO, 1962).

Em 1911, o SPI empreendeu esforços visando a "pacificação" dos Ka'apor, organizando um grupo que levava presentes em forma de ferramentas de aço e coisas parecidas, rio Turiaçu acima, na esperança de "atrair" os índios. Guerreiros Ka'apor que espreitavam o grupo atiraram no maxilar de um voluntário, razão pela qual os esforços foram abandonados. Do outro lado do habitat Ka'apor, ao longo do alto rio Gurupi, agentes do SPI também tentaram, em vão, pacificá-los entre 1911 e 1912. De 1915 a 1917, o SPI não teve recursos financeiros para os esforços de pacificação dos Ka'apor. Em 1918 e 1920, após vários anos de trégua, ataques Ka'apor motivados pela busca de ferramentas de aço tiveram lugar respectivamente na bacia do rio Guamá e em Bragança, perto da costa atlântica. Os Ka'apor também foram agredidos por turbas de brasileiros enfurecidos durante este período; um agente de telégrafo no Maranhão, que organizou invasões às aldeias Ka'apor, espetou as cabeças de suas vítimas próximo dos postos de telégrafo entre os lagos Viana e o rio Gurupi (BALLÉ, 1998).

Por volta de 1920, a situação de insegurança em todo o vale do Gurupi se agravara de tal modo que as autoridades do Maranhão e do Pará foram instadas a decretar o estado de sítio em toda a região, para garantir a vida e a propriedade dos moradores civilizados. Expedições punitivas contra as aldeias indígenas eram também periodicamente organizadas, como a de 1922, estipendiada por um deputado estadual e pelo prefeito de Peralva, composta de 56 homens fortemente armadas. Dirigiram-se ao Alto Turi; e após 6 dias de marcha, assaltaram uma aldeia Kaapor e mataram no trajeto dois homens, o que alertou os demais, possibilitando a fuga. Na madrugada seguinte, reforçados por índios de outra aldeia, os fugitivos cercaram os expedicionários, despejando sobre estes saraivadas de flechas. Provocando nova fuga dos índios quando já tinham esgotado quase toda a munição, os invasores queimaram a aldeia e destruíram as roças, antes de regressar (RIBEIRO, 1962).

Ribeiro (1962) em seu livro "A política indigenista brasileira" entre as páginas 82-95, registram que no ano de 1928 se deu a pacificação dos Kaapores alguns dos acontecimentos



estão grafados no diário do Posto Pedro Dantas, através do relato diário alguns dos mais importantes episódios vividos:

“- Em 18 de fevereiro chegou ao Posto, vindo de Itamoari, o sr. Antônio Bernardino, que disse terem os índios atacado trabalhadores do sr. Bogêa Filho, resultando a morte de um de nome Leôncio. Esse ataque se deu em Montes Áureos, onde imprudentemente o Sr. - 7 de julho os Kaapor fizeram sinais aos pescadores do Posto. A 11, foi visto pela senhora de um trabalhador um índio do lado do Maranhão e à noite eles deram muitos sinais defronte do Posto, tendo os intérpretes falado longo tempo em timbira e tembé porque ainda se desconhecia a sua língua. A 29, apareceram defronte do Posto diversos índios que fizeram sinais aos pescadores perto da ilha do Camaleão. Outros apareceram no caminho do igarapé Canindéua e deram sinais ao capataz Benedito Araújo, ao intérprete e outras pessoas que andavam caçando. - A 30, hasteou-se junto ao novo barracão uma outra bandeira branca, em local onde pudesse ser observada pelos índios. A 31 estes deram muitos sinais defronte ao Posto, falando o intérprete tembé por longo tempo, verificando-se, assim, que eram efetivamente de língua Tupi. Visitaram-se a intervalos os tapiris, não tendo os índios retirado nenhum dos brindes, provavelmente por não os haverem encontrado. - A 1º de novembro chegou ao Posto o ajudante da Inspeção Artur Bandeira que entregou brindes a 32 índios que de longe avistaram sua canoa, chamando “CatuCamará.” Bandeira conseguiu trazer três deles ao Posto. No dia seguinte apareceu novo grupo, que a muito custo se deixou fotografar. No dia 5 apareceu um grupo de 8 índios à sede do Posto, que dançaram e cantaram para agradecer os brindes que receberam. A pedido dos índios foi construído um barracão provisório na margem onde costumam aparecer. - No dia 15 de dezembro apareceu a primeira índia no Posto, que até essa data havia recebido a visita de 94 índios, alguns dos quais pernoitaram na sede, permanecendo aí dias seguidos”.

Finalmente, em outubro de 1928, ambos os lados tinham experimentado violência suficiente. De acordo com o saber tradicional Ka'apor, um homem Ka'apor, denominado Pa'i ("padre"), "pacificou" (mu-katu) os brasileiros no Posto Canindé do SPI, na região do Gurupi. O SPI afirma que foram os seus esforços em oferecer ferramentas de aço e outros bens sob tapiris que teriam levado os Ka'apor a buscar a paz. Em 15 de dezembro de 1928, 94 índios Ka'apor visitaram o Posto Canindé do SPI. Mais ou menos ao mesmo tempo, guerreiros Ka'apor aproximaram-se da cidade de Alto Turi, junto ao rio Turiaçu, com as suas flechas



apontadas para baixo, em sinal das intenções amigáveis. As guerras dos índios Ka'apor haviam terminado [...] (BALLÉ, 1998).

Nos dias atuais existem registros de homem branco sobre a invasão de terra indígenas, afim de, tomarem posse de suas terras.

Cerca de 1.300 posseiros, madeireiros e fazendeiros invadiram e estão desmatando a Terra Indígena Turiaçu, homologada desde 1989. Mais ou menos um terço das terras Ka'apor, principalmente ao longo de seu limite oeste entre a área do igarapé do Milho e do igarapé Jararaca, vem sendo desmatada e ocupada por sem-terras insuflados por grileiros e políticos locais. A situação atual na região é marcada por tensão e pela escalada da violência. Ataques de posseiros e de madeireiros às aldeias indígenas, assim como contra-ataques dos índios aos acampamentos de posseiros e madeireiros dentro de suas terras, têm ocorrido desde 1993 com pelo menos duas vítimas fatais do ladokarái (BALLÉ, 1998).

Tendo em vista que as terras dos povos indígenas estão asseguradas por lei nos artigos 18 e 19 da lei nº 6.001 de 19 de dezembro de 1973.

Art. 18. As terras indígenas não poderão ser objeto de arrendamento ou de qualquer ato ou negócio jurídico que restrinja o pleno exercício da posse direta pela comunidade indígena ou pelos silvícolas. § 1º Nessas áreas, é vedada a qualquer pessoa estranha aos grupos tribais ou comunidades indígenas a prática da caça, pesca ou coleta de frutos, assim como de atividade agropecuária ou extrativa. § 2º (Vetado).

Art. 19. As terras indígenas, por iniciativa e sob orientação do órgão federal de assistência ao índio, serão administrativamente demarcadas, de acordo com o processo estabelecido em decreto do Poder Executivo. § 1º A demarcação promovida nos termos deste artigo, homologada pelo Presidente da República, será registrada em livro próprio do Serviço do Patrimônio da União (SPU) e do registro imobiliário da comarca da situação das terras. § 2º Contra a demarcação processada nos termos deste artigo não caberá a concessão de interdito possessório, facultado aos interessados contra ela recorrer à ação petítória ou à demarcatória (BRASIL, 1973).

2.3 A LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO DO ÍNDIO NA COMUNIDADE

O decreto nº 7.387, de 9 de dezembro de 2010 que institui em seu artigo 1º:

Art. 1º Fica instituído o Inventário Nacional da Diversidade Linguística, sob gestão do Ministério da Cultura, como instrumento de identificação, documentação, reconhecimento e valorização das línguas portadoras de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Parágrafo único: O Inventário Nacional da Diversidade Linguística será dotado de sistema informatizado de documentação e informação gerenciado, mantido e atualizado pelo Ministério da Cultura, de acordo com as regras por ele disciplinadas.



As línguas indígenas devem ser respeitadas, pois é culturalmente diferenciada e assegurada por lei, de acordo com Ballé (1998), a língua falada pelos Ka'apor pertence à família linguística Tupi-Guarani [...] a língua não se aproxima das línguas Tupi-Guarani faladas pelos grupos mais próximos geograficamente, Tembé (Tenetehara) e Guajá: das duas, parece ser ligeiramente mais parecida, léxica e foneticamente, com o Guajá [...] é provável que a língua Ka'apor esteja mais intimamente relacionada à língua Waiãpi, que é falada a uma distância de 900 km, no outro lado do rio Amazonas.

Balée (1998) ainda relata que embora não existam regras de distinção entre falas masculinas e femininas, os Ka'apor são linguisticamente peculiares na Amazônia por terem uma linguagem padrão de sinais, usada para a comunicação com os surdos, que até a metade dos anos 80 compunham cerca de 2% da totalidade de sua população. A incidência de surdez deveu-se evidentemente à boubá neonatal e endêmica, que foi erradicada. Vários surdos podem se comunicar entre os outros que não são surdos. Um surdo visitando uma aldeia distante tem capacidade de se comunicar com um membro de outra aldeia sem problema.

Segundo Brito (1997), a língua visual-motora surgiu espontaneamente através da necessidade e interação expressiva dentre os usuários, admitindo significado a cada necessidade diante a comunicação.

As línguas de sinais são línguas naturais porque como as línguas orais surgiram espontaneamente da interação entre pessoas e porque devido à sua estrutura permitem a expressão de qualquer conceito - descritivo, emotivo, racional, literal, metafórico, concreto, abstrato - enfim, permitem a expressão de qualquer significado decorrente da necessidade comunicativa e expressiva do ser humano. As línguas de sinais distinguem-se das línguas orais porque utilizam - se de um meio ou canal visual - espacial e não oral auditivo. Assim, articulam - se espacialmente e são percebidas visualmente, ou seja, usam o espaço e as dimensões que ele oferece na constituição de seus mecanismos "fonológicos", morfológicos, sintáticos e semânticos para veicular significados, os quais são percebidos pelos seus usuários através das mesmas dimensões espaciais. Daí o fato de muitas vezes apresentarem formas icônicas, isto é, formas linguísticas que tentam copiar o referente real em suas características visuais. Esta iconicidade mais evidente nas estruturas das línguas de sinais do que nas orais deve - se a este fato e ao fato de que o espaço parece ser mais concreto e palpável do que o tempo, dimensão utilizada pelas línguas orais - auditivas quando constituem suas estruturas através de sequências sonoras que basicamente se transmite temporalmente.

2.4 CULTURA KAAPOR



A aldeia Ka'apor (hendá) consiste normalmente em um ou dois agrupamentos residenciais uterinos. O irmão mais velho das irmãs casadas em um agrupamento uterino é normalmente o chefe (kapitã) do agrupamento, de forma que uma aldeia pode ter mais do que um chefe se houver mais de um agrupamento residencial. Enquanto a residência tende a ser uxorilocal, com a maior parte dos homens deixando o seu agrupamento de origem em razão do casamento para residir com os familiares de suas esposas, pelo menos um homem permanece, normalmente um filho do chefe, sendo a sua esposa quem se muda para viver com ele; entretanto, se ela é filha da irmã do seu pai, real ou classificatória, pode ser do mesmo agrupamento. O agrupamento é, politicamente, uma facção, baseada tanto no fato da co-residência quanto na doutrina da descendência repartida (BALLÉ, 1998).

Outra característica interessante é sua elaborada cerimônia de nomeação, com muitos enfeites de pena. No dia de nomear o(s) filho(s), esperam o nascimento do sol, e enfrentando o sol nascente o padrinho escolhido dançará com uma criança em seus braços, tocando um apito feito do osso do pé do gavião-real. Diversas crianças podem ser nomeadas durante esta cerimônia. O padrinho e o pai da criança têm ornamentos feitos de penas tais como um capacete feito das penas da cauda do pássaro japu, uma peça nos lábios decorada com a pena da cauda da arara como base, brincos, pulseiras, e às vezes faixas no braço também. Esta cerimônia está precedida por uma noite de bebedeira onde consomem quantidades grandes de cerveja feita de beiju (purê de mandioca tostada em bolinhos redondos) de banana ou de caju (COSTA, 2009).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pouco é conhecido à expansão da comunidade Urubu-Kaapor, mas foi possível perceber a conquista e a garra destes povos na aquisição de suas terras e o processo de interação e envolvimento com o homem branco e com os demais da comunidade.

Através do estudo percebemos a diferente cultura e linguística conhecida apenas pelos indivíduos da comunidade, assim como a utilização de uma língua de sinais própria destes povos, língua esta que todos fazem uso mesmo não sendo surdo.

O mais importante seria o reconhecimento desta língua de sinais dentro do espaço territorial, pois o ensino é conduzido a todos desde a infância, transmitindo o conhecimento a



todos incluindo o índio surdo, além de preservar este potencial cultural tão riquíssimo e ainda desconhecido pela comunidade educacional.

A importância desta pesquisa é obter olhar crítico com relação aos povos indígenas que muito lutaram e ainda lutam na garantia e melhoria de seus direitos, as legislações no que diz respeito a estes povos têm muito a evoluir. Mas a comunidade Kaapor é bastante privilegiada em seu costume linguístico, pois faz uso das duas modalidades de comunicação a espaço-visual e oral-auditiva, e sua cultura é bastante conservadora.

REFERÊNCIAS

BALÉE, W. **Culturas de Distúrbio e Diversidade em substratos Amazônicos**. Disponível em:< http://www.biochar.org/joomla/images/stories/Cap_3_Balee.pdf>. Acesso: 21 de Maio de 2016.

_____. **Povos indígenas no Brasil: Ka'apor**. Disponível em:< <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/kaapor>>. Acesso: 21 de Maio de 2016.

BRASIL. **DECRETO Nº 7.387, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2010**. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7387.htm>. Acesso: 23 de Maio de 2016.

_____. **LEI Nº 6.001, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1973**. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16001.htm>. Acesso: 23 de Maio de 2016.

CAMPOS, Lilia. **OS URUBU-KA'APOR**. Disponível em:< <http://liliacamposmartins.blogspot.com.br/2010/12/os-urubu-kaapor.html>>. Acesso: 28 de Maio de 2016.

COSTA, Louise Costa. **URUBU-KAAPOR - LSKB**. Disponível em:< <http://enflibras.blogspot.com.br/2009/03/urubu-kaapor-lskb.html>>. Acesso: 28 de Maio de 2009.

RIBEIRO, Darcy. **A Pacificação dos Índios Urubu-Kaapor**. Disponível em:< <http://www-01.sil.org/americas/BRASIL/publcns/stories/PortUKDc.pdf>>. Acesso: 28 de Maio de 2016.

SANTOS, Irlan Marcos Cerqueira. **O Acesso do Surdo Ka'apor em sua Comunidade Indígena à Educação: Uma Discussão de Inclusão**. VII Jornada internacional de políticas públicas – UFMA, 2015.